

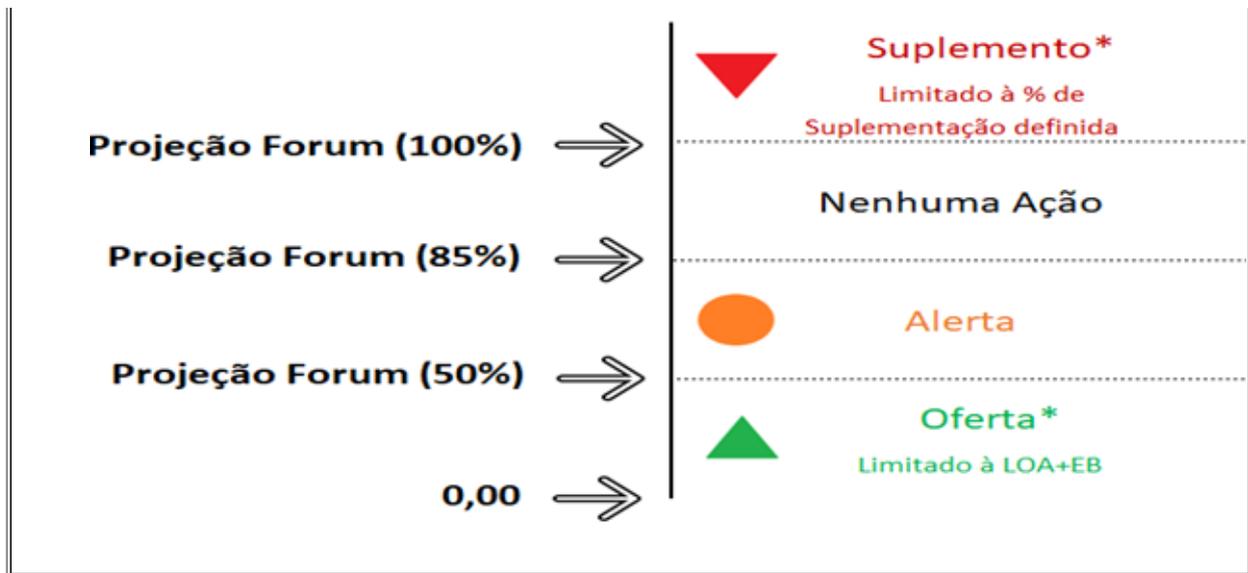


ATA DA Nº. 143ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

No sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, com o início às quinze horas e trinta e quatro minutos, realizou-se a Centésima Quadragésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, localizada no Gabinete da Diretoria Geral, no 4º andar do Edifício Núcleo dos Transportes, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência do Senhor Marcello da Costa Vieira – Secretário Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura – MInfra, o qual participou por meio de videoconferência. Não foram coletadas as assinaturas no livro de presença, visto que a reunião ocorreu com participação majoritária por meio de videoconferência. Participaram da sessão os Conselheiros Antônio Leite dos Santos Filho – Diretor-Geral do DNIT; Euler José dos Santos – Assessor Especial da Secretaria Executiva do MInfra, designado por meio da Portaria nº. 1.041, de 09 de setembro de 2021; e Anderson Zingler – Auditor Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional. Estiveram presentes, juntamente com o Diretor-Geral do DNIT, os Senhores Irasmon Gomes de Melo – Auditor do DNIT; e, como convidados, a Senhora Fernanda Gimenez Machado Faé – Diretora de Administração e Finanças Substituta do DNIT; e o Senhor Allan Magalhães Machado – Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária. Participou também, como convidado, por videoconferência, o Senhor Fábio Pessoa da Silva Nunes - Coordenador-Geral de Modernização e Gestão Estratégica da Diretoria Executiva do DNIT. Não compareceram os Senhores Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura – MInfra, por estar em viagem oficial; e Fabiano Mezadre Pompermayer – Subsecretário de Planejamento da Infraestrutura Nacional da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, por estar cumprindo outra agenda. Dando início à pauta do dia, o Presidente Substituto passou à apreciação do **Item 1) Aprovação e assinatura da Ata da 142ª Reunião Ordinária do CONSAD/DNIT**. A Ata foi aprovada e disponibilizada no Sistema Eletrônico de Informações do DNIT – SEI/DNIT para assinatura dos membros. Em seguida, o Presidente Substituto passou ao **Item 2) Posse do novo Conselheiro, Senhor Euler José dos Santos, representante do MInfra**. Comentou que o empossado já possui experiência no Colegiado, uma vez que já compôs o CONSAD como Presidente Substituto, e desejou sucesso, agradecendo por toda sua contribuição nas atividades. Os demais Conselheiros também deram as boas vindas ao Senhor Euler dos Santos. O Senhor Euler agradeceu e disse ser uma honra fazer parte do Conselho. O Presidente Substituto passou ao **Item 3) Recursos para 2022 e seu impacto na manutenção**. Antes do início da apresentação do assunto, o Diretor-Geral do DNIT informou que tem percorrido a malha rodoviária em vários estados, nos últimos dias, e afirmou que a principal diretriz do DNIT, no momento, é evitar buracos nas estradas. No entanto, dado o baixo orçamento disponível para o ano de 2022 - menor que o do presente ano, alertou que não há garantia de cumprimento dessa meta para o segundo semestre do próximo ano. Advertiu que, em virtude do cenário, a qualidade da malha rodoviária tende a se deteriorar ainda mais. Disse que uma medida possível é a realização do Plano Nacional de Recuperação Funcional da Malha, o qual prevê um acréscimo de 4,9 bilhões de reais destinado à manutenção. Enfatizou que, caso não ocorra a liberação desse recurso, essa situação poderá acarretar um desgaste grande para o atual Governo. Continuando, passou a palavra ao Senhor Allan Magalhães Machado – Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária do DNIT, para apresentar o assunto. Então, o Senhor Allan Machado iniciou apontando os percentuais de malha pavimentada e não pavimentada. Disse que, atualmente, o DNIT tem o maior nível de cobertura da malha pavimentada por contratos de manutenção. A seguir, apresentou os percentuais de cobertura contratual por tipo de intervenção, quais sejam, 87% para conservação, 11% de CREMA e 2% para restauração. Explicou que números mostram a tendência do momento em face do limitado orçamento para investir nessas ações. Prosseguiu, mencionando a classificação pelo Índice de Condição da Malha - ICM em 2021, isto é, 57% da malha foi considerada boa, 25% regular, 10% ruim e 8% péssimo; e afirmou que houve uma piora apontada por esses percentuais. A seguir, expôs o Índice de Condição de Superfície – ICS, subdividido em bom, regular, ruim e péssimo, contendo os percentuais de condição, e apresentou o histórico do valor de investimento desde 2009. Alertou que, em 2021, o índice ruim ultrapassou os 30% e, pela projeção para 2022, menos de 30% da malha estará em boa condição. Disse que esse seria o momento de realizar as intervenções para reverter ou tentar estabilizar a curva. Adiante, afirmou que o valor necessário para as intervenções é de 9,6 bilhões de reais, sendo 7 bilhões de reais para intervenção em pavimento, conforme a Etapa I – Fase Técnica do Plano Nacional de Manutenção Rodoviária – PNMR. Informou que o valor

real disponível na LOA é de 2,9 bilhões de reais, sendo 2,1 bilhões de reais para pavimento. Explicou que, se esse valor total disponível fosse dividido para toda a malha sob responsabilidade do DNIT, corresponderia a 34 mil reais por quilômetro; alertando que esse montante não representaria nem o recurso mínimo para executar a conservação mais simples - serviços de conserva branca e tapa buracos, que custa cerca de 35 mil reais por quilômetro. Ressaltou que o valor disponibilizado deveria abarcar também outras intervenções, como Obras de Arte Especiais – OAE, sinalização, emergências, ponto crítico, supervisão, o que seria impossível, visto que os 34 mil reais não são suficientes nem mesmo para a conserva básica. Em seguida, apontou as perspectivas com base no atual cenário orçamentário, isto é, degradação geral da malha pelo esgotamento de recursos, margem insuficiente para atendimento de emergências com possível interrupção de trechos, manutenção insuficiente de OAE's e sinalização, desgaste da imagem institucional do DNIT e do MInfra. Por fim, explicou que a necessidade iminente é recompor os 2 bilhões de reais, previstos na proposta inicial de orçamento estipulada pelo DNIT, para ter um valor médio de ao menos 65 mil reais por quilômetro/ano, o que permitiria executar a solução funcional em 50% da malha rodoviária. Nesse momento, o Conselheiro Euler questionou se o valor de acréscimo previsto no Plano Nacional de Recuperação da Malha cobriria apenas 50%. O Senhor Antônio dos Santos Filho explicou que tal acréscimo permitiria a execução de intervenções pontuais e que os contratos já estariam prontos para dar início à execução, o que seria a situação ideal para o DNIT atuar. Esclareceu que o acréscimo de 2 bilhões de reais seria para cobertura mínima da malha por meio dos contratos de PATO, informando que o orçamento atual não cobre sequer esses serviços previstos no PATO. O Presidente Substituto perguntou sobre qual é a expectativa de investimento pelas emendas parlamentares. O Conselheiro Santos Filho disse que o panorama não é positivo, principalmente para a manutenção da malha, pois são raras as alocações de recursos para esse objetivo. O Senhor Marcello da Costa questionou se já havia uma estimativa de valor necessário. O Diretor-Geral do DNIT disse que ainda estão levantando essas informações. O Conselheiro Euler dos Santos argumentou que é preciso levar esse problema ao conhecimento do Ministro e, caso possível, que ele leve o assunto para a Presidência da República. O Presidente Substituto disse que certamente esses problemas serão objeto de avaliação pelo Governo no ano que vem, em especial porque impactará em reflexo negativo para o usuário quanto à qualidade do pavimento. Questionou, então, se o DNIT tem algum plano de ação. O Conselheiro Santos Filho afirmou que o plano de ação já está pronto, mas só poderia ser executado com a suplementação de recursos. O Senhor Marcello da Costa lembrou que, na última reunião, ficou acertada a elaboração de um Ofício, destinado ao Ministério da Economia, expondo a preocupação do Conselho de Administração do DNIT com a situação e a dificuldade orçamentária e financeira da Autarquia, o qual deveria ser assinado por todos os membros. Perguntou, então, se esse documento foi feito. A Secretária do Conselho respondeu que ficou acordado que a Secretaria Executiva do MInfra elaboraria o citado expediente. O Presidente Substituto propôs a retomada dessa proposição, subsidiada com as informações apresentadas pelo Senhor Allan Machado, o que obteve o acordo de todos os presentes. O Conselheiro Euler dos Santos colocou-se à disposição para elaborar o Ofício. O Diretor-Geral do DNIT sugeriu acrescentar ao documento as informações relativas ao planejamento do Plano Funcional da Malha, apontamento com o qual os demais membros concordaram. Dando continuidade, o Senhor Marcello da Costa passou ao **Item 4) Apresentação sobre o Índice de Governança Global - DNIT/TCU**. O Senhor Antônio dos Santos Filho disse que o Senhor Fábio Pessoa da Silva Nunes – Coordenador-Geral de Modernização e Gestão Estratégica da Diretoria Executiva do DNIT faria a exposição dos três próximos itens. O Senhor Fábio Nunes propôs a inversão da ordem das apresentações, com início pelo **Item 6) Apresentação do Painel ERICA - Estudos de Remanejamento, Investimentos e Custeios Aplicados**. Primeiramente, informou que a ferramenta está disponível para consulta e que passará o link aos Conselheiros. Em seguida, detalhou o que é o ERICA e disse que seu objetivo é fornecer subsídios, a partir dos dados desse painel, para que o gestor tenha melhores condições de otimizar a sua alocação orçamentária. Prosseguiu, explicando que a motivação para o desenvolvimento da ferramenta foi a destinação de um baixo orçamento ao DNIT, o qual está bem aquém do necessário para dar andamento às ações. Apontou quais são as regras gerais com base numa Projeção do Fórum de Planejamento e na situação das Medições dos contratos, demonstradas conforme o seguinte esquema:-----





Em seguida, apresentou exemplos de contratos que necessitam de Suplementação; de situação na qual não haverá ação a ser executada, pois o desempenho do contrato foi entre 85% e 100% do valor projetado; de status de Alerta destacando que foi medido entre 50 e 85% do valor projetado do contrato; e exemplificou a situação de Oferta, a qual se encontra no intervalo de 0% e 50% de acordo com a projeção do Fórum. Destacou que as ofertas estão limitadas aos recursos empenhados da Lei Orçamentária Anual – LOA vigente. Depois, mostrou um diagrama contendo um comparativo entre a Projeção do Fórum e a situação das Medições e as possibilidades de ações – Oferta e Suplementação; e outra figura com as regras para cada tipo de ação. Prosseguiu apresentando diversos painéis contendo exemplos de resultados das análises dos contratos, indicando quais contratos necessitariam de suplementação ou que poderiam ter recursos remanejados. Além disso, trouxe os resultados consolidados das Ações Orçamentárias. Com relação aos próximos passos, informou sobre a criação dos painéis das demais Diretorias e a inclusão dos recursos disponíveis do Plano de Trabalho no painel. Por fim, mencionou que a ferramenta traz um indicador que alerta o gestor da situação dos contratos que não possuem recursos suficientes para cumprir o planejamento do ano. O Senhor Marcello da Costa parabenizou a iniciativa e perguntou quem teria autorização para utilizar o sistema. O Senhor Fábio Nunes informou que há restrição de senha para ingresso no Sistema e que somente Diretores estão autorizados a utilizar todos os recursos. Na sequência, o Senhor Fábio Nunes passou a tratar do **Item 5) Apresentação sobre o monitoramento dos empreendimentos**. Disse que o fluxo de informações está bem ajustado e que foi incluído o monitoramento dos empreendimentos prioritários. Explicou que o acompanhamento abrange uma rotina de coleta de dados de sistemas do DNIT, das Superintendências, e de empresas supervisoras de contratos de obras e gerenciadoras. E, após coleta das informações, disse que é feita a consolidação, otimização e estruturação de uma ferramenta, o que inclui a correção de algumas informações conflitantes detectadas. Concluídas essas etapas, informou que os dados serão inseridos no BI e, a partir disso, será gerado um caderno de empreendimentos, cujo intuito é que sua atualização seja mensal. Acrescentou que o painel relativo aos empreendimentos rodoviários está totalmente concluído e que, até o fim do mês de dezembro, há a previsão de que os painéis hidroviários e ferroviários estejam concluídos. Em seguida, explicou como funciona o painel de empreendimentos, utilizando, como exemplo, a duplicação do trecho de Eldorado do Sul a Pelotas na rodovia BR-116/RS. Ressaltou que os maiores desafios para a elaboração do painel são a padronização e a atualização dos dados enviados pelas fontes de coleta e a dificuldade em coletar os dados atualizados dos convênios. Ao final, disse que os próximos passos são finalizar a elaboração dos mapas de localização dos empreendimentos, realizar a organização e a distribuição dos empreendimentos aquaviários – entre táticos e estratégicos, buscar os novos contratos a serem vinculados, e aperfeiçoar o painel de monitoramento dos empreendimentos ferroviários, conforme o aprimoramento desenvolvido para o painel dos empreendimentos rodoviários. O Senhor Presidente Substituto elogiou o trabalho desenvolvido pela equipe do DNIT e ressaltou a facilidade para encontrar as informações. O Senhor Fábio Nunes disse que já foram realizadas algumas reuniões com áreas do Ministério da Infraestrutura e que aguarda orientações para possíveis ajustes. O Conselheiro Anderson parabenizou a equipe pelo trabalho e questionou se as informações do painel são públicas ou se existe alguma informação sigilosa. O Senhor Fábio Nunes disse que toda informação contida no painel é pública. O Presidente Substituto recomendou que esse painel seja a única fonte de informação sobre os empreendimentos gerenciados pelo DNIT, visando evitar que o MInfra desenvolva um trabalho em paralelo e asseverando que é importante haver esse alinhamento entre a Autarquia e o Ministério. O Conselheiro Anderson Zingler mencionou que houve uma discussão semelhante, realizada no Tesouro Nacional, quanto à divulgação das estratégias

institucionais. Em resposta, o palestrante assegurou que informações de caráter estratégico não são incluídas no painel. Finalizado o Item 5, o Senhor Fábio Nunes retomou o **Item 4) Apresentação sobre o Índice de Governança Global - DNIT/TCU**. Primeiramente, explicou que esse Índice é um relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União – TCU desde 2018. Ressaltou a melhora expressiva do desempenho do DNIT de 2019 para 2021. Explicou que é estabelecido um comparativo em três níveis – Ministerial, Poder Executivo, e todos os demais órgãos, inclusive do Poder Judiciário e outros. Na comparação dos índices gerais entre 2018 e 2020/2021, informou que a Autarquia obteve melhora em quase todas as categorias de Governança, exceto na de Tecnologia da Informação – TI. Explicou que, dentre os seis pontos os quais são objeto de análise, três estão no *status* de aprimoramento. Dando continuidade, detalhou cada ponto de análise. Com relação à categoria Liderança, ressaltou que esse item quase atingiu a nota máxima. Sobre Estratégia, afirmou que também houve melhoria, sendo necessário apenas alguns ajustes para promover a gestão estratégica e monitorar os resultados organizacionais. Quanto ao Controle, disse que o item quase foi gabaritado pelo DNIT. No que tange à Gestão de Pessoas, ressaltou que há pontos a serem incrementados, mas enfatizou que, ainda assim, a pontuação do DNIT está acima da média alcançada nos entes do Governo Federal. No que concerne à área de TI, mencionou que chamou à atenção a piora no resultado. Quanto a isso, informou que a nota obtida encontra-se na zona vermelha de avaliação, mas complementou que algumas ações já estão sendo tomadas pela Autarquia para mitigar esse resultado. No que diz respeito à Gestão de Contratações, afirmou que esse é também um ponto a ser tratado por ter alcançado uma nota abaixo da expectativa. Por fim, falou sobre a Gestão Orçamentária, dizendo que esse quesito não foi analisado em 2018, mas, ainda assim, assegurou que o DNIT está com um bom desempenho nessa área. Colocou-se, então, disponível para responder a questionamentos e comentários sobre os temas apresentados. Na oportunidade, o Conselheiro Anderson Zingler parabenizou o DNIT pela melhoria em seu desempenho em comparação ao ano de 2018 e questionou se há um ranking das instituições. Em resposta, o Senhor Fábio disse que há um ranking disponível no site do TCU. O Presidente Substituto também parabenizou toda a equipe do DNIT pelos resultados alcançados. Ressaltou que, pelo tamanho do DNIT, é um grande desafio ajustar algumas questões; sugeriu assim que fosse elaborado um plano de ação para incrementar especialmente a nota relativa à Gestão de Contratações, pois considera que a Autarquia tem uma boa performance na área de contratações. Questionou se já foi identificado o que causou essa nota abaixo do esperado. A Diretora de Administração e Finanças Substituta esclareceu que a nota baixa em Gestão de Contratos se deu pelo direcionamento da resposta ao questionário do TCU para a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos – CGCL e, diferentemente de outros órgãos, a CGCL do DNIT não cuida da gestão de contratos, apenas trata da operacionalização dos procedimentos licitatórios, seleciona os fornecedores, as empresas vencedoras; informou que são as Diretorias Setoriais que realizam a gestão contratual e, em decorrência disso, algumas perguntas ficaram sem a resposta adequada e documentos comprobatórios das ações internas a respeito das contratações. O Conselheiro Euler parabenizou o DNIT pela evolução nos controles e ressaltou a importância desse avanço para gestão e a imagem institucional, sugerindo dar publicidade ao desempenho atingido. Dando continuidade, o Presidente Substituto passou ao **Item 7) Extinção e Unificação das Unidades Locais de Santa Isabel e de Colatina da SR/ES**. O Conselheiro Santos Filho pediu que a Senhora Fernanda Faé expusesse o assunto. A Diretora de Administração e Finanças Substituta iniciou dizendo que os atos de extinção e unificação dessas Unidades Locais, vinculadas à Superintendência Regional do DNIT no estado do Espírito Santo, visam otimizar a gestão, os recursos e os servidores lotados nas ULs. Acrescentou que, como houve a concessão de parte da malha do Espírito Santo, reduzindo a malha sob gestão da Autarquia, se tornou desnecessário haver duas Unidades Locais nas citadas cidades. Concluiu dizendo que ambas serão transformadas em uma só UL, que funcionará na própria Sede da Superintendência. Passou, então, a abordar o **Item 8) Criação de nova Unidade Local na cidade de Cocos no estado da Bahia**. Disse que, em face da extinção de uma das ULs do Espírito Santo, abriu-se o espaço para a criação dessa nova UL na Bahia, cuja demanda já existia há algum tempo, mas, até o momento, não havia sido possível criá-la. Explicou que a função vaga decorrente da unificação das Unidades Locais do Espírito Santo será utilizada para atender a essa demanda da Superintendência Regional no estado da Bahia, justificada pelo tamanho da malha do estado e para melhor distribuição das equipes de fiscalização. Acrescentou que esse trabalho de acompanhar as ULs tem sido permanente e que, provavelmente, haverá outras modificações no futuro. **DELIBERAÇÃO:** Em conformidade com a discussão realizada sobre os Itens 7 e 8 da pauta da 143ª Reunião do Conselho de Administração do DNIT, ocorrida no dia 06 de dezembro de 2021, especificamente quanto à extinção e unificação dos serviços das Unidades Locais disponíveis na estrutura organizacional da Superintendência Regional no estado do Espírito Santo - SR/ES; e criação de nova Unidade Local na cidade de Cocos no estado da Bahia, as matérias foram **APROVADAS**, por unanimidade, pelos Conselheiros. Em seguida, o Presidente Substituto passou ao **Item 9) Proposta Orçamentária do DNIT para o exercício de 2022 – PLOA/2022**. A Senhora Fernanda Faé prosseguiu esclarecendo que o orçamento destinado ao DNIT para o próximo ano é

de R\$5.413.313.656,00 (cinco bilhões, quatrocentos e treze milhões, trezentos e treze mil e seiscentos e cinquenta e seis reais). Informou que a programação já foi enviada ao Ministério da Infraestrutura e que não houve nenhuma novidade quanto ao montante disponibilizado para a Autarquia. Acrescentou que, como há previsão regimental, a proposta precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração do DNIT, sendo, portanto, necessária sua deliberação pelo Colegiado. **DELIBERAÇÃO:** Em conformidade com a discussão realizada sobre o Item 9 da pauta da 143ª Reunião do Conselho de Administração do DNIT, ocorrida no dia 06 de dezembro de 2021, especificamente quanto à Proposta Orçamentária do DNIT para o exercício de 2022 – PLOA/2022, a matéria foi **APROVADA**, por unanimidade, pelos Conselheiros. Finalizado esse assunto, o Presidente Substituto passou para o **Item 10) Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT para o exercício 2022**. A palavra foi, então, passada para o Auditor do DNIT, Senhor Irasmon Gomes de Melo, que iniciou com uma breve apresentação sobre a modelagem da proposta do PAINT para 2022. Disse que está dividida em três eixos: **1) Temas indicados na matriz de riscos, 2) Temas indicados na matriz de Integridade** - matriz recém inserida e composta por dados fornecidos pela Coordenação-Geral de Integridade e pela Ouvidoria do DNIT, e **3) Temas auditáveis em função de orientação normativa e sugestões da Alta Administração da Autarquia**. Prosseguiu falando sobre o primeiro tema, disse que a matriz de riscos é composta, em sua maior parte, pela base do Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC, cuja identificação dos pontos a serem auditados, se dá por meio do uso de uma de suas funcionalidades, a qual aponta os maiores riscos dentro dessa matriz. Sobre a programação para o ano de 2022, disse que foram indicados o Programa P04, referente à manutenção, cujo risco foi muito alto; e o Programa P08, que trata de consultoria. Informou que o programa relativo à consultoria já foi objeto de ação da Auditoria Interna no presente ano. Na sequência, passou a tratar da matriz de Integridade. Disse que essa matriz segue os moldes da matriz de riscos, levando em consideração alguns fatores como: o número de servidores por unidade da federação, a carteira de contratos, a materialidade gerida pela Superintendência, número de denúncias e o tempo desde a última visita da Auditoria Interna. Já com relação aos temas auditáveis, o Auditor informou que foi expedido ofício-circular a todas as unidades do DNIT, solicitando sugestões de temas relevantes para serem inseridos no Programa de Auditoria. Disse que as proposições encaminhadas foram gestão da faixa de domínio, reassentamento, BR-Legal, eficiência nos contratos de gestão por Diretoria, controles relativos à medição de materiais betuminosos, Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, gestão de pessoas no DNIT, gestão das licenças de *software*, e IPR. Adicionou que o próximo passo foi apresentar os temas ao Diretor-Geral e ao Diretor Executivo, restando para objeto de análise de auditoria os seguintes temas: 1) Auditoria de gestão na Superintendência Regional do DNIT no estado de Minas Gerais, amparada na matriz de Integridade, objetivando avaliar a gestão, identificar os controles internos e propor melhorias; 2) Auditoria de gestão na Superintendência Regional do DNIT no estado do Paraná, também amparada na matriz de Integridade, sugerida pela Alta Administração, com os mesmos objetivos do item 1; 3) Instalações Portuárias de Pequeno Porte - IP4, situadas no estado do Amazonas, também sugerida pela Alta Administração, visando avaliar a gestão desses empreendimentos; 4) Contratos da empresa PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda., indicados na matriz de Integridade, considerando o número de denúncias e a quantidade de contratos na área de supervisão, firmados entre o DNIT e essa empresa, resultando pertinente incluir esse tema no planejamento de auditorias para 2022; 5) Gestão da CGTI/DAF, com foco na área de licenças de *softwares*, mas abrangendo toda a área de gestão de TI; 6) Programa P04, que trata de Plano Anual de Trabalho e Orçamento - P.A.T.O., indicado na matriz de riscos, com o objetivo de fazer um trabalho com as Superintendências Regionais as quais serão selecionadas por meio da materialidade do Programa, do número de contratos, do recurso disponível, visando verificar a aderência das atividades das Superintendências aos normativos vigentes, visto que, na Sede em Brasília/DF, já existem normativos consolidados e controles internos; 7) Critério de medição de materiais betuminosos, sugerido pela Auditoria Interna e também apontado pela matriz de Integridade, em decorrência de denúncias relacionadas à rotina dos pagamentos de materiais betuminosos. Finalizada a apresentação, o Presidente Substituto agradeceu pela explanação e elogiou a escolha dos temas que serão objeto de análise no planejamento da Auditoria Interna do DNIT em 2022. O Senhor Irasmon agradeceu e estendeu o elogio às Diretorias Geral e Executiva, as quais participaram ativamente na discussão das propostas até a finalização do PAINT/2022. **DELIBERAÇÃO:** Em conformidade com a discussão realizada sobre o Item 10 da pauta da 143ª Reunião do Conselho de Administração do DNIT, ocorrida no dia 06 de dezembro de 2021, especificamente quanto à aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2022, a matéria foi **APROVADA**, por unanimidade, pelos Conselheiros. O Presidente Substituto então passou ao **Item 11) Assuntos Gerais**, e abriu espaço para os demais participantes tecerem comentários, questionamentos ou sugerirem temas para a pauta da próxima reunião. O Conselheiro Euler elogiou a qualidade das apresentações feitas pelo Senhor Fábio Pessoa da Silva Nunes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Substituto agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às dezessete horas e três minutos, da qual eu, Marcela

Braz do Couto, Secretária do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente Substituto e pelos demais Conselheiros.-----

Marcello da Costa Vieira
Presidente Substituto do Conselho de Administração do DNIT
Conselheiro

Antônio Leite dos Santos Filho
Conselheiro

Euler José dos Santos
Conselheiro

Anderson Zingler
Conselheiro

Marcela Braz do Couto
Secretária do Conselho de Administração do DNIT



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Braz do Couto, Secretária da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração**, em 08/03/2022, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Euler José dos Santos, Usuário Externo**, em 05/05/2022, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Zingler, Usuário Externo**, em 09/05/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcello da Costa Vieira, Usuário Externo**, em 23/05/2022, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral**, em 26/05/2022, às 23:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10699005** e o código CRC **13359D9D**.